FUNCIONÁRIO PÚBLICO — SUBSTITUIÇÃO

— *A substituição remunerada só é legítima em se tratando de cargo isolado, ou de função gratificada, dependendo, ainda e sempre, de ato expresso.*

— *Interpretação dos arts. 72 e 73 do Estatuto dos Funcionários.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

União Federal *versus* Gessel Coimbra e outros
Recurso extraordinário nº 72 101 — Relator: Sr. Ministro
XAVIER DE ALBUQUERQUE

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com a ata de julgamentos e notas taquigráficas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e lhe dar provimento, nos termos do voto do Ministro Relator.

Brasília, 8 de maio de 1973. *Barros Monteiro*, Presidente. *Xavier de Albuquerque*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Xavier de Albuquerque:
Pela letra *a* e alegando negação de vigência aos arts. 72, 73, § 2º, e 119 da Lei nº 1711/52, recorre a União de de-

ção que assegurou remuneração acrescida a escrivães e auxiliares de Coletorias Federais, enquanto substituindo em cargos de carreira de coletor e escrivão de Coletoria. Nas razões de sustentação, aponta dois acórdãos deste Supremo Tribunal no sentido da tese que o recurso defende.

A Procuradoria-Geral opinou pelo conhecimento e provimento, acrescentando a menção de mais um acórdão favorável à recorrente.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Xavier de Albuquerque (Relator): Os acórdãos apontados pela recorrente e pela Procuradoria-Geral revelam que, na interpretação que o Supremo Tribunal dá às disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, a substituição remunerada só tem lugar relativamente a cargo isolado ou a função gratificada, dependendo, em qualquer caso, de ato de provimento baixado pela autoridade competente (RMS nº

18 049, *DJ* de 1.12.67, RMS nº 17 464, *DJ* de 20.12.67, RMS nº 17 364, *RTJ*, 48/356).

Aplicando tais preceitos legais a substituições em cargos de carreira, e automáticas, o acórdão recorrido negou-os em seu exato e restrito sentido.

Conheço, pois, do recurso, e lhe dou provimento para cassar a segurança.

EXTRATO DA ATA

RE nº 72 101 — SP — Rel., Ministro Xavier de Albuquerque. Recte., União Federal. Recdos., Gelsel Coimbra e outros (Adv., José Ramos de Freitas).

Decisão: Conhecido e provido nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime.

Presidência do Sr. Ministro Barros Monteiro. Presentes à sessão os Senhores Ministros Bilac Pinto e Xavier de Albuquerque, e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Thompson Flores e Antonio Neder.